

**Um estudo sobre a importância das famílias para um bom desempenho escolar no
município de Dormentes, estado de Pernambuco**

**A study on the importance of families for good school performance in the municipality of
Dormentes, state of Pernambuco**

Denise Silveira Macedo
Mariana Evangelista Coelho
Iágrici Maria de Lima Maranhão
José Almir do Nascimento
Universidade de Pernambuco
Petrolina - Brasil

Resumo

A interação das famílias com a escola pode contribuir para o desempenho escolar do estudante? Partimos deste pressuposto, apoiados por uma afirmação da Secretaria Municipal de Educação de Dormentes-PE e subsidiados pelos autores Lahire (1997), Costa (2017) e pelos textos legais Brasil (1988; 1990; 1996) postumalos como objetivo deste estudo, analisar as implicações da previsibilidade no Plano Municipal de Educação da interação das famílias com a escola para um bom desempenho dos estudantes dormentenses. Para isso, realizamos uma pesquisa documental, de abordagem qualitativa. Os dados revelam, a partir da análise deste Plano, a relevância do papel da família na escola para o desempenho escolar no município, pondo-o em destaque regional nos testes de larga escala.

Palavras-chave: Qualidade Educacional; Políticas Educacionais; Desempenho discente.

Abstract

Can family interaction with the school contribute to the student's academic performance? We started from this assumption, supported by a statement from the Municipal Secretary of Education of Dormentes, state of Pernambuco, and subsidised by the authors Lahire (1997), Costa (2017) and the legal texts Brazil (1988; 1990; 1996) posthumous as the objective of this study, to analyse the implications of the predictability in the Municipal Education Plan of the interaction of families with the school for the good performance of students from Dormentes. To do this, we carried out a documentary study with a qualitative approach. The data reveals, based on an analysis of this Plan, the importance of the role of the family in the school for school performance in the municipality, placing it in regional prominence in large-scale tests.

Keywords: Educational Quality; Educational Policies; Student Performance.

Introdução

O texto decorre de um subprojeto de uma pesquisa-âncora, cuja incidência visa ao desenvolvimento de práticas de gestão democrática escolar, com vistas a promover a proteção integral dos estudantes. Com isso, focalizar a importância das famílias para um bom desempenho escolar do estudante como micro objeto de pesquisa, decorre do levantamento exploratório de dados, associando-se às práticas de estágio, quando é comum ouvir relatos de profissionais da educação sobre a baixa participação dos responsáveis em reuniões ou atividades escolares. Além disso, sob reflexo da pandemia da covid-19, ouvimos queixas sobre a participação de estudantes nas aulas remotas e a baixa procura dos pais pelas atividades disponibilizadas pelas escolas durante o ensino remoto emergencial (ERE). Nestes termos,

[...] os discursos sobre a “omissão” dos pais são emitidos pelos professores principalmente quando os pais estão ausentes do espaço escolar. Eles não são “vistos”, e essa invisibilidade é imediatamente interpretada – principalmente quando a criança está com dificuldade escolar – como uma indiferença com relação a assuntos de escola em geral e da escolaridade da criança em particular (Lahire, 1997, p. 335).

A associação entre dificuldade de aprendizagem e ausência da família, apresentada por Lahire (1997), seria a explicação para a razão do fracasso escolar, geralmente vinculada às classes populares ou as famílias que costumam ter adjetivação de *desestruturadas*. Mas, em sentido contrário, o município de Dormentes, na Região de Desenvolvimento Vale do São Francisco, ao extremo oeste de Pernambuco, cuja população é estimada em 17 mil habitantes, tem se destacado nos resultados auferidos nos testes de larga escala, atribuindo isso à alta participação das famílias nas escolas.

Em declaração dada no dia 07 de agosto de 2019, quando recebeu o Prêmio Idepeⁱ de melhor Educação do Vale do São Francisco, tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais do ensino fundamental, a então Secretaria Municipal de Educação afirmou:

Nós tivemos um excelente avanço e tudo isso se deu através de um conjunto de estratégias que a gestão municipal vem adotando nos últimos anos. Estamos fazendo um trabalho diferenciado dentro do nosso projeto pedagógico que vai desde a parte curricular dos professores até ações diferenciadas com pais e alunos (José, 2021 – grifos nossos).

Em 2022, o município voltou a ser destaque regional, com resultados positivos auferidos pela Avaliação Nacional do Rendimento Escolar, que gera os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Assim noticiou Banana (2022):

Dormentes é novamente destaque na educação em Pernambuco. O município se manteve como a melhor educação do Vale do São Francisco de acordo com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) 2021, sendo o único da região a conquistar nota acima de 6,0.

Ora, se de um lado são postas inúmeras reclamações da ausência das famílias como colaboradora do processo educativo, de outro, os resultados significativos dos indicadores que medem o desempenho escolar são justificados por esta presença. Assim, nos lançamos ao desafio de encontrar respostas para os problemas que aqui se estabelecem: a interação das famílias com a escola pode contribuir para o bom desempenho escolar? E, se isso ocorre, como ela está preconizada nas políticas educacionais em Dormentes?

Além da percepção incorporada do discurso da Secretaria de Educação, diversos autores (Lahire, 1997; Barbosa, 2009; Costa, 2017; Canedo, 2018; Nogueira et. al., 2023; Rosa, Magalhães; Silveira, 2024) têm observado esta estreita relação. Quanto mais há cooperação entre as instituições, mais se tem o desenvolvimento de um ambiente favorável para que as crianças possam estudar em casa, com estímulo, construindo projetos de futuro e assegurando a ideia de proteção compartilhada da proteção integral da criança e do adolescente (Nascimento, 2020). Isto é, efetivando a ideia que nem a escola, nem a família, isoladas são capazes de assegurar um desenvolvimento infantil, quer seja de suas capacidades cognitivas ou inserção social e cidadã.

Realizamos uma pesquisa do tipo documental, pondo em confirmação a tese levantada pela Secretaria Municipal de Educação, bem como a percepção dos autores citados. Para isso, postulamos como objetivo analisar as implicações da previsibilidade no Plano Municipal de Educação (PME) da interação das famílias com a escola para um bom desempenho dos estudantes dormentenses. Nossa pesquisa esteve voltada para o ensino fundamental, tendo em vista ser a etapa de educação de responsabilidade dos municípios.

Assim, este artigo parte de uma exposição do percurso metodológico pelo qual seguimos para, depois, organizarmos a argumentação em duas partes: na primeira, debruçamos e refletimos sobre a parceria família e escola; enquanto na segunda, discutimos e analisamos os dados levantados sobre desempenho escolar a partir do PME e sua

repercussão no contexto das escolas públicas, auferindo o alinhamento do planejado nos resultados dos testes de larga escala, bem como na consecução das políticas de educação.

Percorso Metodológico

A pesquisa tem uma abordagem qualitativa, definida por Freitas e Prodanov (2013, p. 70) como sendo “a pesquisa que tem o ambiente como fonte direta dos dados”. Nela, o pesquisador “mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo”. Com isso, em vista de uma ação exploratória, apresentamos aqui o nosso levantamento documental.

A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois (Lakatos; Marconi, 2003, p. 174).

Além disso, Gil (2002, p. 46) destaca que esta modalidade de pesquisa

[...] apresenta uma série de vantagens. Primeiramente, há que se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica.

Dadas estas características, nos apropriamos do Plano Municipal de Educação como documento base para nosso estudo, tendo em vista se tratar como um dos marcos regulatórios das políticas de educação, de modo a repercutir objetivamente no cotidiano das escolas (micropolítica); ter sido construído com ciência da comunidade escolar, e; ter passado por revisão ainda em 2021, como consequência da Conferência Municipal de Educação – o que implica dados e análises recentes, apropriadas e referendadas pelo Estado e pela Sociedade.

Estruturalmente, “o desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica” (Gil, 2002, p. 46), dentre os quais, a determinação do objetivo, a identificação da fonte, a localização da fonte e obtenção do material, o tratamento dos dados, a construção lógica e redação do trabalho. Para isso, realizamos uma sondagem na literatura especializada sobre o tema, com foco na produção de um referencial teórico consistente e capaz de justificar nossas noções e análises do nosso objeto de investigação. Na sequência, buscamos examinar o Plano Municipal de Educação categorizando as abordagens sobre a participação das famílias na escola. O PME foi disponibilizado pela Secretaria Municipal de Educação de Dormentes, por meio eletrônico.

Estes dados proporcionaram uma leitura sobre a evolução do desempenho dos estudantes nos testes de proficiência e os fundamentos para entender como a família contribui para estes resultados, de modo a influenciar na micropolítica escolar. A leitura, coleta e categorização dos dados foram mediadas por meio de uma análise descritiva, buscando a compreensão dos enunciados no discurso da Secretaria Municipal de Educação e no PME e suas correlações com as implicações da participação escolar ativa, levantadas na literatura especializada. Conforme Gil (2002), este tipo de análise tem como característica descrever as principais tendências nos dados existentes, por meio de situações práticas já observadas por outros estudos e pesquisas.

As famílias e as escolas

Etimologicamente, o termo família deriva do latim e significa pessoas que vivem na mesma casa, têm o mesmo lar. É nesse sentido que no Dicionário Houaiss (Houaiss; Villar, 2016), encontramos como definição do termo: “núcleo social de pessoas unidas por laços afetivos, que geralmente compartilham o mesmo espaço e mantêm entre si uma relação solidária”. Mas, buscar o conceito de família para os dias atuais é uma tarefa que exige bom senso, coerência e um bom olhar sobre a realidade que nos circunda.

Isso porque não basta verificar os conceitos de família estabelecidos em códigos religiosos e seus reflexos em nossa cultura, sequer nos textos legais – como é o caso do Projeto de Lei 6.583/2013 (Brasil, 2013, n. p.), conhecido como Estatuto da Família, que busca uma definição a partir de uma visão heteronormativa e distante dos arranjos dos núcleos familiares, denotado no seu artigo 2º: “define-se entidade familiar como o núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes” (Op. Cit.).

Além disso, não podemos deixar de considerar os estudos de Gorän Therborn (2006) que classifica a família como um espaço de poder e de micropoderes, onde se imbricam a força biológica e social. Portanto, “família é o espaço cercado nos campos de batalha” (p. 11). Como tal, “uma instituição social, a mais antiga e a mais disseminada de todas” (p. 12). Mas, apesar de sua origem longínqua [e por causa disso], a família não permanece imutável.

Um estudo sobre a importância das famílias para um bom desempenho escolar no município de Dormentes, estado de Pernambuco

Canedo (2018) relata mudanças significativas nos contextos familiares, a partir do momento que a mulher consegue seu espaço no mercado de trabalho. Nesta mesma perspectiva afirma Martinez e Barbieri (2008, p. 176):

A partir da segunda metade do século XX, algumas importantes mudanças sociais começaram a se esboçar no âmbito das famílias, até então fundamentadas no amor romântico. Com a consolidação da sociedade industrial, o conceito de maternidade sofreu alterações, passando de um modelo tradicional a um modelo moderno (maternidade como escolha e proles reduzidas).

Assim, a figura paterna deixa de ser vista exclusivamente como o provedor da família, passando a compartilhar responsabilidades tradicionalmente atribuídas à mulher, como os cuidados com os filhos e as tarefas domésticas. Da mesma forma, a mulher também pode assumir o papel de provedora do lar. Além disso, os modelos familiares se diversificam cada vez mais, rompendo com a estrutura patriarcal antes predominante.

Por essa razão, entendemos que ao se tentar conceituar família, é preciso um olhar cauteloso e realista sobre como estão constituídas, na modernidade, percebendo suas configurações e complexidades. Hoje, é possível verificar que existem casais sem filhos, mães solteiras, pais solteiros, avós criando netos, órfãos, famílias “mosaico” (cujos cônjuges têm filhos fora e dentro da união), relações homoafetivas, poliamorosas, dentre outras. Por esta definição, família se congrega pela afetividade e pelo pacto de convivência, embora não desconsideremos as relações de poder ali estabelecidas. Portanto, não podemos afirmá-la como uma relação baseada na parentalidade, apenas.

Nesse contexto, Canedo (2018) destaca a existência de várias configurações familiares, o que deve levar os agentes escolares terem a preocupação de tratar a família em seu plural. Afinal, as famílias são múltiplas em suas configurações, crenças e realidades, sendo definidas em cada contexto social, que embora sejam distintas, precisam coexistir de maneira que possibilite o trabalho em parceria, principalmente na construção de princípios e valores como o respeito.

Entretanto, seu conceito permanece como um campo de disputa, envolvendo diferentes grupos sociais, políticos, jurídicos e acadêmicos. De acordo com Aguião (2018), de um lado, há setores mais conservadores que defendem um modelo tradicional baseado no casamento entre homem e mulher, cujo fundamento encontram em textos religiosos, argumentando que a própria Constituição Federal de 1988, ligando-se à ideia

heteronormativa para definir a família “base da sociedade” (Brasil, 1988, n. p.). De outro, movimentos progressistas, organizações de direitos humanos e juristas argumentam por uma definição mais ampla e inclusiva. Essa ideia está mais próxima dos mais recentes documentos normativos brasileiros.

Essa diversidade, embora não inscrita na Constituição do Brasil, têm novas compreensões por força das pressões sociais e do choque entre a letra da Lei e o concreto da vida. Isso fez com que o Supremo Tribunal Federal (STF), instituísse o reconhecimento de outras configurações de famílias que não a heteronormativa, impactando diretamente numa ampliação dos sujeitos interagentes com a escola. Nestes termos, as decisões do Supremo Tribunal Federal, que em 2011, reconheceu a união estável homoafetiva como entidade familiar por meio de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4277) e uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 132), garantiu-se às demais formações familiares a mesma proteção jurídica dada às uniões heterossexuais. Além disso, existem jurisprudências que reconhecem a multiparentalidade, ou seja, a possibilidade de uma criança ter mais de dois pais/mães no registro civil.

Portanto, sobre as novas configurações familiares, Biroli (2014, p. 7) esclarece que

a família se define em um conjunto de normas, práticas e valores que têm seu lugar, seu tempo e uma história. É uma construção social, que vivenciamos. As normas e ações que se definem no âmbito do Estado, as relações de produção e as formas de remuneração e controle do trabalho, o âmbito da sexualidade e afetos, as representações dos papéis sociais de mulheres e homens, da infância e das relações entre adultos e crianças, assim como a delimitação do que é pessoal e privado por práticas cotidianas, discursos e normas jurídicas, incidem sobre as relações na vida doméstica e dão forma ao que reconhecemos como família.

Essas mudanças nas organizações familiares, de certa forma, afetam as novas concepções de sociedade, de aprendizado e as próprias relações com a escola. Acontece que a ideia de família ocupa importante lugar nas preocupações, no imaginário e nas micropolíticas escolares, pois tanto família quanto escola são vistas como lugares importantes para a socialização de crianças e adolescentes, bem como de responsabilização sobre seu desenvolvimento cognitivo e moral.

Deste modo, de um lado, é a família que “desempenha um papel de grande importância no desenvolvimento do indivíduo, já que será a principal transmissora das condutas e valores que permearão o comportamento do ser que com ela convive” (Santos;

Um estudo sobre a importância das famílias para um bom desempenho escolar no município de Dormentes, estado de Pernambuco

Toniosso, 2014, p. 127). Por seu lado, a escola é a “instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado” (Saviani, 2005, p. 14). Em vista disso dizemos que é por meio da família que as crianças têm os primeiros conhecimentos de mundo, contatos que marcam suas vidas e são levados para sempre, sendo a escola um complemento, uma vez que não é possível vivenciar tudo somente nesse ambiente.

Portanto, é importante a parceria família-escola na formação do novo sujeito político. Ademais, essa socialização não é neutra, sendo responsável pela transmissão, produção e reprodução de modelos de comportamento, sensibilidade social característicos de cada cultura – que vai se manifestar conforme cada ambiente social, época e concepções de mundo e de sociedade. Razão que leva muitos ambientes educacionais a não celebrarem as típicas comemorações de Dia dos Pais e ou Dia das Mães, substituindo-as por celebrações do Dia da Família, por exemplo. Igualmente, a presença da família na escola tem sido incorporada no calendário escolar, em substituição às tradicionais “reuniões de pais”. A escola, neste contexto, aberta às diferentes expressões culturais, acolhe as possibilidades diversas de identidades e manifestações culturais dos seus sujeitos.

Importante voltar a destacar, entretanto, qualquer que seja o modelo de família adotado, no processo educativo ela possui papel complementar fundamental (Lahire, 1997; Costa, 2017). É por tal razão que a atual Constituição Federal ao anunciar a educação como direito, declara igualmente que a família é corresponsável por sua efetivação, solidariamente.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, 1988, n. p. – grifos nossos)

Ao tratar a educação como dever, esta Carta Magna impõe uma gestão do processo de ensino ao papel da família, obrigatoriamente. Dessa razão, sua negligência acarreta numa ofensa ao direito, imputando a esta responsabilização administrativa e penal (Nascimento; Marques, 2021). Apesar disso, a própria legislação tem compreendido o papel atribuído do Estado como mantenedor de políticas que assegurem a falta das famílias no atendimento aos direitos fundamentais infantoadolescentes (Brasil, 1990). Desse modo, se até a década de 1990 o Estado operava de forma punitiva, criminalizando as famílias pela falta de condições financeiras ou psicossociais (Nascimento, 2020), hoje entende-se a obrigatoriedade do Estado

na oferta de políticas assistenciais em ação complementar às famílias, para que haja o desenvolvimento integral destes sujeitos.

Este aspecto impõe à Escola novas formas de organização, já que em muitos casos, ela é a única instituição estatal presente na vida das pessoas – especialmente nos longínquos rincões do campo. Nota-se, entretanto, que as políticas sociais que visam a proibição do trabalho infantil, a obrigatoriedade da inserção nas escolas básicas e o aumento das jornadas escolares têm levado a um alongamento da permanência das crianças nas unidades de ensino, aumentando a atribuição da escola na educação dos aprendentes, o que acaba sobrecregando os professores e proporcionando um conflito sobre o papel de cada um.

Há uma tensão sobre os papéis que assumem cada instituição no ato de educar. Muitos pais acreditam que a educação é responsabilidade da escola e dos professores, enquanto muitos professores consideram que essa função cabe à família.

A situação é de conflito e temos de encontrar soluções para o benefício de todos, pois a educação virou uma batata quente que ninguém quer segurar. Ao se tratar da tarefa de educar entra num jogo de empurra de responsabilidades sobre os alunos, entre a escola e a família, a família cobra que a educação seja dada pela escola, enquanto esta diz que deve vir de berço e nesse jogo a educação vira área de ninguém (Borges, 2021, p. 296)

Ora, o ato educativo entre ambos as instituições é função complementar e não excludente. Especialmente, porque a escola representa o Estado e o professor é o agente público responsável para garantir o bem-estar da criança sob sua guarda (Nascimento, 2020). Isso não significa que esta compreensão não seja permeada por vários conflitos, inclusive semióticos. Contudo, não pretendemos fazer uma discussão sobre tais aspectos, mas destacar que escola/professores e Famílias estão imiscuídas na mesma missão educativa das novas gerações, permitindo que nesse encontro sejam abertas as possibilidades de renovação do mundo (Arendt, 2022) por meio da intervenção ativa dos sujeitos educandos nas realidades cujas quais estão inseridos. De tal modo, que na ausência de um, o outro acaba por atuar.

Outro aspecto fundamental para ser pensado nessa relação são as responsabilidades das famílias, quando se trata dos aspectos educacionais. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), por exemplo, em seu parágrafo único do Artigo 53, diz que “é direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição

Um estudo sobre a importância das famílias para um bom desempenho escolar no município de Dormentes, estado de Pernambuco

das propostas educacionais” (Brasil, 1990, n. p.). No caso do ECA, esse direito tem um teor de obrigação, como explicam Digiácomo e Digiácomo (2020, p. 118):

Regra que preconiza o imprescindível (e indelegável) papel da família no processo de educação, formação e preparo para cidadania de crianças e adolescentes. Se o dever de educar é também (e principalmente) de responsabilidade da família (tal qual preconiza o Art. 205, da CF), nada mais adequado do que o chamamento dos pais ou responsável para definição das propostas educacionais, o que abrange o processo de elaboração do próprio regimento escolar.

Não obstante esse regramento, o Art. 55 desta Lei afirma a obrigação dos pais em matricular os filhos na rede regular de ensino. O seu contrário, ou seja, “a falta de matrícula do filho ou pupilo, enquanto criança ou adolescente, na educação básica (da pré-escola até a conclusão do ensino médio) configura, em tese, como crime de abandono intelectual, previsto no Art. 246, do Código Penal Brasileiro” (Digiácomo; Digiácomo, 2020, p. 124-125).

Por sua vez, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (Brasil, 1996), em seu artigo 2º reitera o dever da família para com a educação, em consonância ao ECA e a Constituição do Brasil. Entretanto, é no inciso VII do Artigo 12 que a LDBEN determina aos estabelecimentos de ensino “informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola” (Brasil, 1996, n. p.).

Portanto, o ECA e a LDBEN podem ser considerados mecanismos para efetivação de uma democracia participativa no trato dos interesses das crianças e adolescentes, bem como um imperativo legal para a efetiva participação da família na escola, responsabilizando-a como corresponsável pela construção cognitiva tanto quanto a escola.

Além disso, a participação da família na escola é um aspecto indispensável numa gestão democrática, em vista que de sua presença na definição do Projeto Político Pedagógico (PPP) e na composição do Conselho Escolar (CE) são de grande relevância. Não apenas para o caráter formal da democracia participativa, mas para a democratização da escola em seus aspectos da inclusão, percepção dos seus sujeitos, pertencimento da comunidade naquele espaço e para a percepção de que a educação não pode ser relegada unicamente à escola. De tal modo, por meio dela, busca-se alcançar os objetivos e obter sucesso naquilo que se almeja, o sucesso da escolarização.

Focalmente, o PPP proporciona à gestão o fazer democrático, tendo em vista que seja elaborado de forma participativa e atenda às necessidades da escola e comunidade, estabelecendo estratégias que irão conduzir os trabalhos escolares no decorrer do período letivo, por esse motivo percebe-se, a importância da participação da família na escola. Já o CE, é uma das formas mais democráticas que pode ser encontrado no ambiente escolar. Pois, requer uma integração com a comunidade local e na sua atuação, buscando assegurar uma maior transparência no que diz respeito às questões da escola.

Consideramos que essa premissa possibilita gestar não apenas a incorporação de práticas democráticas na sociedade, mas desencadeia um bom desempenho escolar. Por essa razão, buscaremos encontrar essa sustentação argumentativa, na próxima seção.

Famílias e o desempenho escolar

Pais e profissionais da educação têm o direito e o dever, assegurados pela normatização da educação, de participarem do percurso escolar das crianças e dos adolescentes, visto que esta participação influencia e colabora nas aprendizagens. Mas, para além de uma justificação legal, a trajetória de participação da família na escola contribui significativamente para o aperfeiçoamento da educação e do ensino, assim como justifica Piaget (2007, p. 50):

uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva, pois, a muita coisa que a uma informação mútua: este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, frequentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades.

Assim sendo, essa conexão entre a família e a escola é essencial para que os responsáveis pelo discente saibam sobre as diversas peculiaridades do desenvolvimento, e com isso percebam a importância de acompanharem de perto seus filhos e pupilos no processo educativo, e não atribuírem esse papel somente à escola.

Ribeiro, Oliveira e Alves (2023), apontam que a família, por sua vez, se configura na primeira plataforma das manifestações iniciais do aprendizado das crianças, mesmo que não sistematizada, compreendendo sua importância no trabalho da escola já que nela se iniciam as experiências educativas, sociais e históricas. Diante disso, as famílias se apoiam nesses

Um estudo sobre a importância das famílias para um bom desempenho escolar no município de Dormentes, estado de Pernambuco

resultados, pois elas são quem estimulam as crianças ou adolescentes, para que os mesmos, mostrem interesse pelos estudos e aprendam.

Segundo Boruchovitch (1999), o desempenho escolar compreende o alto nível de produção intelectual, ou seja, “entre outras coisas, que se tenha consciência dos seus próprios processos mentais e do seu próprio grau de compreensão” (p. 363). Também a motivação para aprendizagem, a existência de metas e objetivos acadêmicos definidos, a atenção prolongada e centrada nos temas de seu interesse, além da persistência dos esforços face às dificuldades inesperadas. Diante disso, as famílias se apoiam nesses resultados, pois elas são quem estimulam as crianças ou adolescentes, para que os mesmos, mostrem interesse pelos estudos e aprendam.

Esse aprendizado se reflete numa esperança de alteração da condição social em que se vive, como apresenta Costa (2017) a partir das famílias por ele estudadas.

Essas famílias depositam grandes esperanças na educação como perspectiva de mudanças da realidade em que se encontram. Muitas vezes acabam projetando nos filhos um desejo não realizado. Isso indica também que tais famílias têm grandes expectativas escolares, [...] um dos elementos com maior poder explicativo do sucesso (Op. Cit, p. 97).

É nestes termos que Lahire (1997, p. 334) chama a atenção para o fato de que em quase todas as trajetórias familiares investigadas, “qualquer que seja a situação escolar da criança, as famílias têm o sentimento de que a escola é algo importante e manifestam a esperança de ver os filhos ‘sair-se’ melhor do que eles”.

Além disso, quando os pais participam de forma ativa da vida de seus filhos e se engajam, até mesmo, na rotina escolar da criança, a tendência é que os estudantes se empenhem mais, por se sentirem admirados e abraçados. Isso pode ser confirmado por levantamento de dados realizado pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), de 2015, que demonstrou a importância de os pais acompanharem a vida escolar dos filhos (Silva, 2021). Esta pesquisa avaliou estudantes em pelo menos 70 países, revelando que aqueles alunos cujos pais demonstram acompanhamento no processo de ensino escolar possuem média em ciências de 414,08 pontos. Já os que não têm tanta influência familiar obtiveram nota média de 357,19 (OCDE, 2016).

Os dados coadunam com os estudos de Lahire (1997), Barbosa (2009) e Costa (2017), que observaram que nem todos os estudantes nem todas as escolas têm acompanhamento

de perto, por parte das famílias, gerando desigualdade nos resultados educacionais, quando comparados estudantes nas mesmas escolas e em mesmas condições socioeconômicas. De tal modo, é possível supor generalização dos resultados e indicar que quando se tem famílias presentes e ativas junto à escola, o estudante terá consequentemente mais benefícios, dentre eles, melhor desempenho escolar.

Ora, o adulto responsável que busca estar informado sobre o convívio dos filhos com os docentes, comportamento na escola, resultados e dificuldades nas disciplinas, geralmente está pronto para contribuir com os docentes a superar os obstáculos em classe, aderindo medidas adicionais em casa (Nogueira et. al., 2023). Isso, obrigatoriamente, proporciona qualificação no desempenho de todos. Por este motivo, supomos que a base familiar é essencial para a construção e/ou ampliação de saberes no processo educacional. Nestes termos, como observa Costa (2017, p. 17) “a família é uma instância de socialização definidora para a trajetória escolar do aluno. Desde os primeiros anos a criança vai adquirindo uma série de disposições e recursos que podem favorecê-lo escolarmente”.

A escola surgiu para atender à necessidade de preparar o indivíduo, sendo responsável pela transmissão sistemática de conhecimentos curriculares que contribuem para seu desenvolvimento social, cognitivo e profissional. À família, por sua vez, cabe a formação moral, social e afetiva dos filhos, garantindo as bases essenciais para a convivência em sociedade, sendo essa uma instância relevante para definir a trajetória do estudante (Ribeiro; Oliveira; Alves, 2023).

O desempenho escolar pode ser entendido como a capacidade que os alunos têm de expressar sua aprendizagem e seu conhecimento adquirido no processo ensino-aprendizagem, segundo Perrenoud (2003). O mesmo pode ser entendido como fenômeno com múltiplas determinações, sendo motivado por fatores tanto dos alunos, quanto das circunstâncias familiares e escolares, bem como por aspectos sociais, culturais, institucionais, econômicos e políticos.

Ao se falar em bom desempenho, a referência é bom resultado, satisfação de expectativas, que se desdobra no próprio sentido de qualidade educacional (Demo, 2006). Mas, embora essa qualidade seja um campo em disputa de significados e de sentidos práticos, entendemos que o desempenho na esfera educativa vai além de notas, diz respeito também à formação cidadã, como estabelecido como finalidade do processo educativo posto na

Um estudo sobre a importância das famílias para um bom desempenho escolar no município de Dormentes, estado de Pernambuco

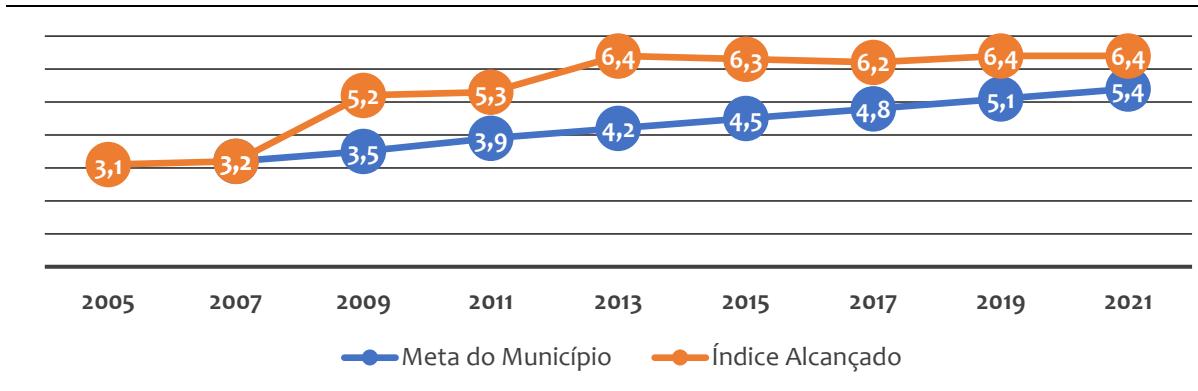
Constituição do Brasil. Esta é a expectativa demonstrada por Freire (2019) ao propor que a educação, quando conduzida sob os enfoques da cidadania e dos direitos humanos, isto é, sob os princípios de qualidade não vinculada às práticas mercantis, é fonte preciosa para o estabelecimento de práticas libertadoras.

O desempenho escolar satisfatório se dá quando o estudante tem interesse constante no aprendizado, organização, estabelecimento e execução de problemas simples e complexos, pondo em prática as habilidades adquiridas ao longo dos anos escolares. Além disso, como observa Lahire (1997) o sucesso e o fracasso no desempenho escolar também são considerados a partir da maior ou menor adequação das configurações familiares, conforme expectativa da escola. Destarte, “a escola exige qualidades comportamentais e morais, por um lado, e cognitivas e intelectuais, por outro. Assim, o aluno de sucesso é aquele que tem uma familiarização maior com os valores defendidos e valorizados pela escola” (Costa, 2017, p. 37). Nesta configuração, o fracasso ou o sucesso se explica pela maior ou menor proximidade do estudante com o universo acadêmico, suas regras e reprodução de um conhecimento fixado pelos docentes, por um currículo universalizador ou pela expectativa de docilidade destes sujeitos aprendentes.

No contexto das escolas públicas brasileiras, o desempenho escolar também é medido por meio da aplicação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que resulta no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, que tem como finalidade verificar o nível de aprendizado nacional e definir metas para a melhoria do ensino. Por opção metodológica, focalizamos neste aspecto, a análise sobre desempenho escolar espelhado na rede de ensino estudada.

O Ideb funciona como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da Educação pela população por meio de dados concretos, com o qual a sociedade pode se mobilizar em busca de melhorias. Para tanto, o Ideb é calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente (Brasil, 2021).

O município de Dormentes é destaque regional quando se trata dos dois principais indicadores de avaliação de larga escala utilizados para definir as políticas educacionais locais. É considerado um dos melhores municípios da Região Vale do São Francisco, quando se trata do Ideb, registrando média geral de 6,4 no Ensino Fundamental, para o ano de 2019. Neste mesmo ano, a meta para o município era de 5,1.

Gráfico 1: Evolução Da Média Municipal Do Ideb Em Dormentes-PE

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base no levantamento de dados.

De acordo com a Secretaria Estadual de Educação (Pernambuco, 2021), Dormentes é o município com os melhores índices educacionais da região do Sertão do São Francisco, verificados pelo Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco. Os resultados do indicador estadual são calculados com base no Sistema de Avaliação da Educação Básica de Pernambuco (SAEPE), que mede anualmente o grau de domínio dos estudantes nas habilidades e competências consideradas essenciais em cada período de escolaridade avaliado, além de ser uma importante ferramenta para a gestão escolar. As variáveis utilizadas para aferi-lo são as mesmas usadas no cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica: proficiência dos estudantes e fluxo escolar.

Posto que fora testada a ideia trazida por pesquisadores – de que a participação das famílias no processo educativo pode ter um valor significativo no sucesso escolar estudantil e do sucesso da escola como unidade produtora de cultura –, precisamos verificar se a teoria se aplica à prática. Isto é, demonstrar se os resultados que foram obtidos localmente, deram-se em decorrência da participação familiar na escola, conforme justificativa da Secretaria de Educação. Este será o momento em que a análise dos dados representará a união dos elementos que constroem essa pesquisa, para responder a nossa dúvida inicial, recolocando-a sob a ótica dos dados levantados no Plano Municipal de Educação, revelando como [ou se] essa relação contribui para o desempenho escolar.

A participação das famílias dormentenses para o bom desempenho escolar

No Plano Municipal de Educação (2015-2025) do município de Dormentes, a colaboração da família para atingir as metas almejadas, é um fator de destaque. Essa colaboração aparece em algumas metas e suas estratégias, sendo o termo família presente

Um estudo sobre a importância das famílias para um bom desempenho escolar no município de Dormentes, estado de Pernambuco

em 14 referências diretas. Nem todas, referindo-se à participação no processo de escolarização de seus filhos ou pupilos.

A Lei Municipal nº 501/2015, que institui o PME, estipula um conjunto de princípios norteadores para execução deste Plano, dos quais “a melhoria da qualidade da educação” e “a promoção da gestão democrática” (Dormentes, 2015, n. p.). Ambos os princípios coadunam com o propósito de nosso estudo, intercalando-se, como já apontamos. Ao todo, foram aprovadas 20 metas e, para seu alcance, 236 estratégias.

De início, a meta 1, que se refere a Universalização da Educação Infantil, sinaliza em suas estratégias a participação familiar no processo de escolarização.

1.12. Aderir, em caráter complementar, *programas de orientação e apoio às famílias*, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade; [...] 1.14. Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, *em colaboração com as famílias* e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância (Dormentes, 2015, n. p. – grifos nossos).

Crianças que começam a vida escolar na Educação Infantil são beneficiadas, do ponto de vista pedagógico, com avanços na autonomia, concentração, sociabilidade, desenvolvimento intelectual e sociocomportamental, fatores que serão levados durante toda a trajetória do indivíduo. Neste sentido, as crianças que entram mais cedo na escola, ou na creche, tendem a ter melhores rendimentos, especialmente porque já estarão adaptadas à cultura de escolarização no ingresso ao Ensino Fundamental.

Ainda a respeito da meta 1, ao se referir a gestão democrática, observa-se que é um aspecto importante para se conseguir resultados positivos e elevados de rendimento. A participação dos profissionais da educação, bem como da comunidade escolar e das famílias, no processo de construção dos projetos pedagógicos tem por consequência garantir a formatação de um modelo de qualidade a ser perseguida fundamentado na realidade local, com metas que visem superar problemas reais, resultando no desenvolvimento integral e integralizador das crianças.

1.21. Garantir em um ano a partir da vigência deste plano que todas as instituições de educação infantil tenham formulado com a participação dos profissionais de educação neles envolvidos, *a família* e a comunidade escolar seus projetos pedagógicos (Dormentes, 2015, n. p. – grifos nossos).

Sobre esta estratégia, havíamos destacado como um dos direitos da educação, mas também como um direito das famílias, em consonância com o que está previsto no ECA. Por conseguinte, é dever da escola (Estado), convidar e insistir na participação das famílias para definirem em conjunto, as propostas educacionais. Nestes termos, além de promover uma elaboração democrática, proporciona transparência às ações propostas, corresponsabilizando todos os participantes à sua execução.

Na meta 2, que trata do Ensino Fundamental e cujo objetivo é “universalizar o ensino fundamental de 9 anos [...] e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME” (Dormentes, 2015, n. p.), alcançamos no próprio enunciado a ideia de um bom desempenho escolar, afinal um dos indicadores de bom desempenho se dá pela universalização com equidade. Isto é, o alcance da progressão para todos os alunos representa, por si mesmo, que houve empenho para desenvolvimento cognitivo e de cidadania ao longo das etapas anteriores. Nestes termos, essa meta pode ser um resumo do desejável para um plano municipal de educação.

Para alcançar esta meta, uma das estratégias apontadas, que envolve a participação da família é a seguinte:

2.3 fortalecer o acompanhamento e o monitoramento de acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violência na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos alunos, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude (Dormentes, 2015, n. p. – grifos nossos).

Aqui, nesta estratégia, destacamos três aspectos fundamentais para o sucesso da meta empreendida. O primeiro, diz respeito ao acompanhamento do aproveitamento escolar e sua relação com a permanência na escola. De fato, acompanhar permite verificar se o estudante está recebendo a educação prometida e comprometida com seu desenvolvimento. Evita-se, desse modo, as surpresas estatísticas de fim de ciclo, quando só ao término do ano letivo se é capaz de saber se os estudantes ainda estão na escola. Nestes termos, vale verificar o que diz o Art. 56 do ECA, reiterado no Art.12 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, onde se encontram como obrigação dos estabelecimentos de ensino,

Um estudo sobre a importância das famílias para um bom desempenho escolar no município de Dormentes, estado de Pernambuco

VIII - notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei (Brasil, 1996, n. p.).

Ainda sobre este primeiro aspecto, destacamos que os beneficiários de programas sociais, como o Bolsa Família, já são monitorados em sua frequência. Este tipo de programa, por sinal, têm a potencialidade de ajudar na diminuição das desigualdades, além de melhorarem as chances da frequência escolar dos estudantes e a constância dos mesmos na escola, pois o benefício está vinculado à sua permanência.

O segundo aspecto é que há um foco nas crianças e adolescentes historicamente marginalizadas do sistema escolar. Estes sujeitos, estando sob proteção do ECA, têm esse direito diretamente vinculado à ideia de proteção integral, que cabe à Sociedade e ao Estado estabelecer facilidades e oportunidades para que estejam garantidos o direito à vida, à saúde, à educação, à alimentação, ao respeito, à dignidade, além de colocá-los invulneráveis de qualquer discriminação, violência, preconceito ou negligência. Tendo isso conseguido, será capaz de estabelecer condições mínimas para o sucesso escolar dos estudantes.

Por fim, os procedimentos anteriores se fazem em articulação com a família, mas não apenas. É necessário, neste sentido, a participação dos órgãos públicos de assistência social, de saúde e os órgãos de proteção às infâncias (Conselho Tutelar, polícias, Ministério Público, judiciário etc.), como forma de buscar mitigar as violências e as violações dos direitos, assegurando que a criança e o adolescente estejam na sala de aula.

Esta estratégia está diretamente relacionada ao que propõe a estratégia 2.8, que tem também como indicação, o fortalecimento da participação de pais ou responsáveis quanto ao acompanhamento das atividades escolares dos filhos e/ou pupilos por intermédio do estreitamento das relações entre as famílias e as escolas. Aqui, percebemos claramente o procedimento empreendido pela Secretaria de Educação e corroborado pelos autores estudados, que sem a qual, não seria possível atingir índices elevados no Ideb e no Idepe.

Por fim, destacamos a meta 7 deste PME que busca

fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental (Dormentes, 2015, n. p.).

Vale salientar, que o município atingiu em 2019, a média prevista para o ano 2021. Isso significa que o rigor em manter bem definidas as ações, conforme o que está estabelecido na última avaliação auferido ao PME, “o foco deve ser manter a situação para garantir mais alunos aprendendo e com um fluxo escolar adequado” (Dormentes, 2015, n. p.).

Diante da meta citada anteriormente, são necessárias algumas estratégias para que sejam alcançados os resultados almejados. Em razão do foco na participação da família, é interessante trazermos a seguinte:

7.24. mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais (Dormentes, 2015, n. p. – grifos nossos).

No extrato acima queremos chamar atenção à retomada da educação como uma responsabilidade compartilhada, como está posto nos Art. 205 e 227 da Constituição Federal. Esta concepção de que o bom desempenho escolar ocorre não apenas de forma isolada, sob responsabilidade exclusiva da escola está explicitada na estratégia imediatamente posterior:

7.25. Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional (Dormentes, 2015, n. p. – grifos nossos).

Assim, é possível dizer que a escola dormentense não está para assegurar a qualidade da educação, sozinha. Nem mesmo, estritamente, a qualidade do ensino. Nestes termos, Nascimento (2020, p. 305), enfatiza que

a escola vocacionada a desabrolhar processos de cidadanização, vai assumindo claramente uma necessária interlocução e articulação com os órgãos de promoção, defesa e controle dos direitos infantoadolescentes, e dos direitos humanos em geral, de modo a prevenir e evitar a ameaça ou violação destes de uma maneira mais ampla e extramuros-escolares.

Neste sentido, a escola como é um órgão vital do chamado Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA). Este Sistema está previsto no ECA, tendo como intenção conferir máxima prioridade ao atendimento das crianças e adolescentes, de modo a assegurar-lhe a chamada proteção integral por meio de uma articulação entre os diversos segmentos da sociedade e os órgãos do Estado.

Um estudo sobre a importância das famílias para um bom desempenho escolar no município de Dormentes, estado de Pernambuco

Assim, a escola faz parte da articulação de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, sendo presumível a sua interface com os diversos programas e equipamentos públicos, que integram o SGDCA. Operando do modo descrito na estratégia 7.25, possibilita que as intervenções estatais para promover a dignidade e o atendimento à sua família, quando se mostrarem necessárias, resulte num melhor aproveitamento da aprendizagem.

Conclusões

A pesquisa teve como propósito analisar as implicações da previsibilidade no Plano Municipal de Educação da interação das famílias com a escola para um bom desempenho dos estudantes dormentenses, que nos levou a refletir sobre a qualificação dos rendimentos escolares quando há um suporte pedagógico, o apoio dos pais nas atividades escolares e a participação das famílias na escola, de modo que nos possibilitou encontrar os resultados objetivados neste trabalho.

A família é essencial durante toda a vida, pois ter um ponto de apoio é imprescindível. A base familiar é de grande importância durante todo o processo, uma vez que, a atuação intensa dos parentes ou responsáveis legais na rotina escolar de crianças e adolescentes desempenha papel fundamental, em especial no quesito motivação, podendo contribuir para o bom desempenho escolar. Esta constatação pode ser confirmada a partir do conjunto de autores que nos forneceram substrato teórico para tal verificação, além de termos percebido empiricamente, se considerarmos os dados do Ideb e do Idepe em Dormentes. Além do mais, diversas estratégias constam no Plano Municipal de Educação.

Do mesmo modo, a legislação que regula a educação é taxativa sobre a responsabilidade dos familiares quando se trata de acompanhar os processos educacionais dos filhos e pupilos, a começar pela matrícula obrigatória na rede regular de ensino. Dessa forma, observa-se que a regulamentação da educação como um direito da criança e do adolescente, impõe não apenas a matrícula, mas o acompanhamento dos processos pedagógicos da escola e o desenvolvimento da escolaridade de seus filhos. Este aspecto é relevante para entendermos como dever/responsabilidade das escolas e das famílias a interação e integração na promoção do bom desempenho estudantil.

No que foi possível aferir em nossas investigações, pudemos concluir que a interação das famílias com a escola pode contribuir para o desempenho escolar. Observando as médias obtidas na última avaliação de larga escala, feita em 2021, o município além de destaque na

Região de Desenvolvimento Vale do São Francisco, ultrapassou a meta estipulada pelo INEP. Percebe-se o reflexo das estratégias municipais, que envolve a participação familiar, como fator primordial para o alcance de resultados educacionais satisfatórios.

Além disso, vale ressaltar que a participação das famílias nas escolas transversaliza o discurso da Secretaria de Educação, bem como a constituição do PME - onde o termo aparece em 14 referências diretas, quando trata-se da educação básica. Isso desvela e enfatiza a sua importância, tanto para a política local quanto para a vida dos estudantes dormentenses e mostra que as ações diferenciadas com as famílias dos estudantes potencialmente promovem resultados positivos ao município.

Referências

- AGUIÃO, Silvia. **Fazer-se no “Estado”**: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo, Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.
- ARENKT, Hanna. **Entre o Passado e o Futuro**. 9 ed. São Paulo: Perspectiva, 2022.
- BANANA, Ricardo. **Dormentes é o único município do Vale do São Francisco a atingir nota acima de 6,0 no IDEB 2021**. Disponível em: [https://ricardobanana.com.br/dormentes-e-o-unico-municipio-do-vale-do-sao-franciso-a-tingir-nota-acima-de-60-no-ideb-2021/](https://ricardobanana.com.br/dormentes-e-o-unico-municipio-do-vale-do-sao-franciso-a-atingir-nota-acima-de-60-no-ideb-2021/). Acesso em: 10 abr. 2024.
- BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. **Desigualdade e desempenho**: uma introdução à sociologia da escola brasileira. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.
- BIROLI, Flávia. **Família**: Novos conceitos. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.
- BORGES, Tatiane Pavão Ongaro. A transferência de responsabilidade dos pais para os professores. **Revista Mais Educação**, São Caetano do Sul, v 4, n. 2, p. 294-307, abr. 2021.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 30 mar. 2024.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 30 mar. 2024.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 29 mar. 2024.
- CANEDO, Maria Luiza. **Família e escola**: interações densas e tensas. Curitiba: Appris, 2018.

Um estudo sobre a importância das famílias para um bom desempenho escolar no município de Dormentes, estado de Pernambuco

COSTA, Jackson Barbosa. **Práticas familiares e desempenho escolar.** Porto Alegre: Fi, 2017.

DEMO, Pedro. **Educação e Qualidade.** 10. ed. Campinas, SP: Papirus, 2006.

DIGIÁCOMO, Ildeara de Amorim; DIGIÁCOMO, Murillo José. **Estatuto da Criança e do Adolescente Anotado e Interpretado.** 8 ed. Curitiba: Ministério Público do Paraná, 2020.

DORMENTES. **Plano Municipal de Educação.** Lei Municipal 501, de 10 de junho de 2015. Dormentes, 2015.

BORUCHOVITCH, Evely. Estratégias de aprendizagem e desempenho escolar: considerações para a prática educacional. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 12, n. 2, p. 361–376, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2019.

FREITAS, Ernani Cesar; PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico:** Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Campo Bom: FEEVALE, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2016.

JOSÉ, Antônio. **Dormentes (PE) se destaca na educação, segundo Idepe.** Disponível em: <https://jornaldosertaope.com.br/2019/08/12/dormentes-pe-se-destaca-na-educacao segundo-idepe/> Acesso em: 30 mar. 2024.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares.** São Paulo: Ática, 1997.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Mariana de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINEZ, Ana Laura Moraes e BARBIERI, Valéria. A experiência da maternidade em uma família homoafetiva feminina. **Estudos de Psicologia**, Campinas [online], v. 28, n. 2, jun., p. 175-185, 2011.

NASCIMENTO, José Almir. **A educação como proteção integral à criança e ao adolescente.** Curitiba: CRV, 2020.

NASCIMENTO, José Almir do; MARQUES, Luciana Rosa. A efetivação do direito à educação de qualidade como ação do Ministério Público de Pernambuco. **Educação e Pesquisa**, v. 47, p. e239022, 2021.

NOGUEIRA, Maria Alice; RESENDE, Tânia de Freitas; NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins. **Família, escola e desempenho escolar.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2023.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Brasil no PISA 2015:** análises e reflexões sobre o desempenho dos estudantes brasileiros. São Paulo: Fundação Santillana, 2016.

PERNAMBUCO. **Governo de Pernambuco anuncia os destaques do Prêmio Idepe.** Disponível em: <https://falape.com/governo-de-pernambuco-anuncia-os-destaques-do-premio-idepe/>. Acesso em: 30 mar. 2024.

PERRENOUD, Philippe. Sucesso na escola: Só o currículo, nada mais que o currículo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 119, p. 9-27, julho, 2003.

PIAGET, Jean. **Para onde vai a educação?** 15. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007.

RIBEIRO, Franrobson Rodrigues; OLIVEIRA, Samara Pinheiro de; ALVES, Gabriel Cunha. A importância da participação ativa da família no âmbito escolar. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 1-6, nov. 2023.

ROSA, Tatiana da; MAGALHÃES, Cleidilene Ramos; SILVEIRA, Luiza Maria de Oliveira Braga. Envolvimento família-escola e suas implicações no desempenho escolar na educação básica. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 28, p. e262230, 2024.

SANTOS, Luana; TONIOSSO, José Pedro. A importância da relação escola- família. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro, v. 1, n. 1, p. 122- 134, 2014.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica**. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

SILVA, Gabriele. **Desempenho escolar dos alunos melhora com a participação dos pais.** Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/escolas/desempenho-escolar-dos-alunos-melhora-com-a-participacao-dos-pais-diz-pesquisa>. Acesso em: 19 de mar. 2024.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **ADI 3510.** Relator: Ministro Carlos Britto. Disponível em: http://conjur.estadao.com.br/pdf/Voto_Britto_ADI3510\. Acesso em: 29 mar. 2025.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 132.** Brasília, DF, 2011. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/>. Acesso em: 29 mar. 2025.

THERBORN, Göran. **Sexo e poder:** a família no mundo 1900-2000. São Paulo: Contexto, 2006.

Nota

¹ Refere-se à premiação das escolas que alcançaram os melhores desempenhos num dado ano letivo, aferidos pelo Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco (Idepe) que é o indicador estadual de qualidade da educação medida por meio de testes de larga escala.

Sobre as autoras

Denise Silveira Macedo

Graduada em Pedagogia pela Universidade de Pernambuco (UPE), professora dos anos iniciais do ensino fundamental.

E-mail: denise.macedo@upe.br **ORCID:** <https://orcid.org/0009-0001-6779-3047>

Mariana Evangelista Coelho

Graduada em Pedagogia pela Universidade de Pernambuco (UPE), professora dos anos iniciais do ensino fundamental.

E-mail: mariana.evangelista@upe.br **ORCID:** <https://orcid.org/0009-0009-5478-4836>

Iágrici Maria de Lima Maranhão

Graduada em Pedagogia, com doutorado em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora Adjunta da Universidade de Pernambuco, campus Petrolina.

E-mail: iagrici.lima@upe.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-0492-8394>

José Almir do Nascimento

Graduado em Ciências Sociais, com doutorado em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor do Programa de Pós-Graduação/Mestrado e Doutorado em Educação (PPGE-UPE), campus Mata Norte, além do Programa de Pós-Graduação/Mestrado e Doutorado em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (PPGFPP) e do Colegiado de Pedagogia da UPE, campus Petrolina.

E-mail: almir.nascimento@upe.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-4657-9815>

Recebido em: 13/06/2024

Aceito para publicação em: 04/04/2025